

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 41**

João, cidadão brasileiro, protocolou requerimento para que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente apure possível poluição hídrica praticada por empresa contratada pela administração e preste informações sobre as providências adotadas.

Nessa situação hipotética, João exerce o seguinte direito previsto na Constituição Federal de 1988 (CF):

- A** direito de petição, assegurado apenas em relação aos interesses difusos e coletivos.
- B** direito de petição, que pode ser exercido perante a administração pública para a defesa de direitos e contra ilegalidade ou abuso de poder.
- C** direito de petição, que só pode ser exercido mediante o pagamento de taxa.
- D** direito de liberdade de expressão, uma vez que realizou o pedido em nome próprio, e não sob a proteção do anonimato.
- E** direito de ação, garantia constitucional que pode ser exercida contra ilegalidade ou abuso de quaisquer dos três poderes.

Questão 42

Assinale a opção correta a respeito da competência dos entes federados.

- A** A proteção do meio ambiente integra a competência comum dos entes federativos, viabilizando-se a atuação cooperativa, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- B** A competência comum implica que, quando um ente age em determinado caso, os demais devem se abster de atuar, sob pena de nulidade.
- C** É de responsabilidade exclusiva dos estados-membros registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- D** A forma de cooperação e integração entre os entes federativos no que se refere à preservação das florestas, da fauna e da flora será definida em legislação ordinária.
- E** A proteção de bens de valor histórico, artístico e cultural é de responsabilidade exclusiva da União.

Questão 43

A respeito dos direitos políticos, julgue os itens abaixo com base no disposto na CF.

- I Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, se dá o exercício da soberania popular.
- II O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros a partir dos dezoito anos de idade, inclusive analfabetos e maiores de setenta anos.
- III Plebiscito e referendo são instrumentos de exercício da soberania popular.

Assinale a opção correta:

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 44

No que se refere à relação entre direitos sociais e proteção ambiental, assinale a opção correta.

- A** O fato de a CF garantir o direito ao lazer como direito social autoriza a exploração econômica irrestrita de áreas ambientalmente protegidas para fins turísticos.
- B** O direito à saúde mantém relação direta com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, visto que a degradação ambiental pode afetar a saúde da população.
- C** O meio ambiente do trabalho não integra o conceito constitucional de meio ambiente, sendo tutelado exclusivamente pela legislação trabalhista.
- D** Os direitos sociais, por serem normas programáticas, possuem eficácia limitada, não podendo ser invocados em conjunto com o art. 225 da CF para embasar políticas públicas ambientais.
- E** O direito à moradia prevalece, em qualquer circunstância, sobre a proteção de áreas de preservação permanente, por se tratar de direito fundamental social.

Questão 45

No que se refere às disposições constitucionais sobre a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Os servidores públicos civis não possuem o direito à livre associação sindical, por estarem submetidos a regime jurídico especial de direito público.
- B** A investidura em cargo público efetivo pode ser feita, excepcionalmente, sem a aprovação prévia em concurso público, desde que reconhecida situação de emergência e existente previsão em lei.
- C** O princípio da eficiência autoriza a administração pública a dispensar licitação em processos de contratação com benefício econômico evidente.
- D** O princípio da publicidade obriga a administração pública a divulgar, todos os seus atos administrativos, sem ressalvas.
- E** O servidor público aprovado em concurso público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício.

Questão 46

No que se refere ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta.

- A** Compete ao CNJ realizar o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, podendo rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais, independentemente da data de julgamento.
- B** O CNJ detém competência jurisdicional para julgar ações civis públicas ambientais em grau de recurso.
- C** O CNJ pode editar atos regulamentares e recomendar providências ao Poder Judiciário para aprimorar a prestação jurisdicional em matéria ambiental.
- D** O CNJ é órgão constitucional autônomo com competência para exercer o controle externo sobre o Poder Judiciário.
- E** O CNJ é composto exclusivamente por membros da magistratura, vedada a participação de representantes do Ministério Público e da advocacia.

Questão 47

A respeito do Ministério Público, da advocacia pública e da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aos procuradores dos estados cabe exercer, em âmbito estadual, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo.
- Ⓑ A prerrogativa do Ministério Público de expedir notificações nos procedimentos administrativos não abrange o poder de requisição de informações e documentos para instruí-los.
- Ⓒ Conforme entendimento do STF, a Defensoria Pública somente pode ajuizar ação civil pública ambiental quando houver a comprovação prévia de que o dano atinge comunidades de baixa renda.
- Ⓓ A Advocacia-Geral da União tem, excepcionalmente, competência para representar judicialmente os estados-membros em ações ambientais.
- Ⓔ O Ministério Público é competente para promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente, sendo essa uma de suas funções institucionais previstas na CF.

Questão 48

Em relação aos princípios gerais da atividade econômica e às competências dos entes federativos previstas na CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente a União pode legislar sobre restrições a atividades econômicas em áreas de pesca e fauna, por se tratar de competência privativa.
- Ⓑ Não se admite limitações legais ao exercício do direito de propriedade, por ser direito fundamental, não admite limitações legais ao seu exercício, ainda que seja para implementar a sua função social no âmbito da proteção do meio ambiente.
- Ⓒ Os municípios não possuem competência legislativa em matéria de conservação da natureza, da defesa do solo e dos recursos naturais, mesmo que seja para suplementar a legislação federal e a estadual em assuntos de interesse local.
- Ⓓ É inconstitucional toda restrição estadual a atividades econômicas, por violar o princípio da livre iniciativa.
- Ⓔ Lei estadual pode restringir atividades econômicas em áreas proteção ambiental, desde que sejam observadas as normas gerais da União, inclusive as normas de cooperação fixadas em lei complementar editada pelo Congresso Nacional.

Questão 49

Em relação à função de controle do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

- I As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação exclusivamente administrativos.
- II A convocação de ministro de Estado para prestar informações perante comissão parlamentar depende de autorização prévia do presidente da República.
- III É inconstitucional ato do Congresso Nacional que suspenda a eficácia de decreto do presidente da República que exorbita do poder regulamentar.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 50

No que se refere ao Poder Executivo, julgue os próximos itens.

- I O governador não pode adotar medida provisória, instrumento legislativo de competência privativa do presidente da República.
- II Ressalvada a posse em virtude de concurso público, o governador perderá o mandato se assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta.
- III Compete privativamente ao presidente da República, no âmbito federal, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 51

Julgue os itens a seguir, com base nas normas constitucionais relativas aos povos indígenas.

- I A CF reconheceu aos povos indígenas a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.
- II A demarcação de terras indígenas é de competência privativa da União.
- III O aproveitamento de recursos hídricos, incluídos potenciais energéticos, e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas dependem de autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 52

Após ampla mobilização social, um movimento nacional reuniu assinaturas com vistas à apresentação de uma proposta de emenda à constituição (PEC) voltada a inserir, no texto constitucional, a proteção ao meio ambiente como limite material ao poder de reforma. A PEC foi apresentada ao Congresso Nacional por mais da metade das assembleias legislativas. No Congresso Nacional, a PEC foi aprovada em turno único, diante da urgência alegada, e com o quórum de maioria absoluta em cada casa. Em seguida, a emenda constitucional foi promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Nessa situação hipotética, a proposta deve ser considerada

- Ⓐ inconstitucional, pois a emenda constitucional não passou pela sanção do presidente da República.
- Ⓑ constitucional, pois a mobilização popular é uma das formas de iniciativa de emenda constitucional.
- Ⓒ inconstitucional, pois a proposta de emenda constitucional exige aprovação em dois turnos e por três quintos dos votos em cada Casa do Congresso.
- Ⓓ inconstitucional, pois a CF proíbe a ampliação das hipóteses de limitação material ao poder de reforma.
- Ⓔ inconstitucional, pois as assembleias legislativas não possuem legitimidade para apresentar propostas de emenda à constituição.

DIREITO CIVIL**Questão 53**

O instituto de superfície é definido como

- Ⓐ direito real de fruição, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, por tempo determinado ou indeterminado, necessariamente de forma onerosa, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓑ direito obrigacional de gozo, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, necessariamente por tempo determinado e de forma gratuita, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓒ direito real de gozo, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, necessariamente por tempo indeterminado, gratuita ou onerosamente, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓓ direito real de gozo ou fruição, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, por tempo determinado ou indeterminado, gratuita ou onerosamente, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓔ direito obrigacional de gozo ou fruição, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, por tempo determinado ou indeterminado, gratuita ou onerosamente, o direito de construir ou plantar em seu terreno.

Questão 54

O Código Civil considera fiduciária a propriedade resolúvel de coisa

- Ⓐ imóvel infungível, que o credor transfere ao devedor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓑ móvel fungível ou infungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓒ móvel infungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓓ móvel fungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓔ móvel ou imóvel infungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.

Questão 55

Assinale a opção correta quanto à hipoteca convencional.

- Ⓐ Trata-se de direito real desde sua convenção, com eficácia *erga omnes*, ainda que posteriormente registrada no cartório de registro de imóveis, obrigatoriamente naquele do local em que foi pactuada.
- Ⓑ Registra-se no cartório de registro de imóveis do local do imóvel, ou no de cada um deles, se o título se referir a mais de um bem, sob pena de produzir efeitos como simples instituto contratual, com eficácia *inter partes*.
- Ⓒ Trata-se de direito real desde sua convenção, com eficácia *erga omnes* ainda que apenas posteriormente registrada no cartório de registro de imóveis do local do imóvel, ou no de cada um deles, se o título se referir a mais de um bem.
- Ⓓ Trata-se de direito real desde sua convenção, com eficácia *erga omnes*, sendo desnecessário o registro no cartório de registro de imóveis.
- Ⓔ Registra-se obrigatoriamente no cartório de registro de imóveis do local em que foi pactuada, sob pena de produzir efeitos como simples instituto contratual, com eficácia *inter partes*.

Questão 56

Em relação aos filhos menores que estejam sob sua autoridade e companhia, a responsabilidade dos pais é

- Ⓐ subjetiva, desde que comprovado o dolo dos pais e a culpa dos filhos.
- Ⓑ subjetiva, desde que comprovada a culpa ou o dolo dos pais e dos filhos.
- Ⓒ subjetiva, dispensada a prova da culpa dos filhos se comprovada a culpa dos pais.
- Ⓓ objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos filhos.
- Ⓔ objetiva, desde que comprovada a culpa dos filhos.

Questão 57

Na hipótese de lesão ou outra ofensa à saúde, cabe indenização do ofensor ao ofendido

- Ⓐ pelas despesas do tratamento e pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de prejuízos comprovados de natureza moral, excluídos os danos estéticos.
- Ⓑ pelas despesas do tratamento e pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença, apenas.
- Ⓒ pelas despesas do tratamento e pelos danos estéticos, apenas.
- Ⓓ pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença e pelos danos morais, apenas.
- Ⓔ pelas despesas do tratamento e pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de outros prejuízos comprovados, inclusive de natureza moral e estética, quando cabíveis.

Questão 58

Assinale a opção correta quanto às hipóteses de nulidade ou anulação da obrigação principal.

- Ⓐ Se a obrigação principal for declarada nula ou simplesmente anulada, a cláusula penal permanece válida em razão de sua função coercitiva.
- Ⓑ Se a obrigação principal for declarada nula, a cláusula penal restará prejudicada, mas se for simplesmente anulada, a cláusula penal permanece válida.
- Ⓒ No caso de a obrigação principal ser declarada nula ou simplesmente anulada, a cláusula penal restará prejudicada.
- Ⓓ Caso seja declarada nula, a cláusula penal permanece válida, por possuir autonomia em relação à obrigação principal.
- Ⓔ Se for simplesmente anulada, a cláusula penal restará prejudicada, mas, se a obrigação principal for declarada nula, a cláusula penal permanece válida.

Questão 59

Em se tratando de obrigações alternativas, a escolha cabe ao

- Ⓐ credor, podendo o devedor impor ao credor a execução parcial de cada prestação.
- Ⓑ devedor, salvo estipulação em contrário, não podendo o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- Ⓒ devedor em todos os casos.
- Ⓓ devedor, salvo estipulação em contrário, podendo o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- Ⓔ credor, salvo estipulação em contrário, não podendo o credor receber parte em uma prestação e parte em outra.

Questão 60

Segundo o Código Civil, configura-se hipótese de prazo decadencial

- Ⓐ a reparação civil decorrente de ato ilícito.
- Ⓑ a remissão do imóvel hipotecado pelo adquirente.
- Ⓒ a cobrança de prestações alimentares vencidas.
- Ⓓ o reembolso, pelo vencido, das despesas processuais antecipadas pelo vencedor.
- Ⓔ a pretensão do beneficiário contra o segurador.

Questão 61

Segundo o Código Civil, não corre prescrição

- I contra os ausentes do país em serviço público dos municípios.
- II contra quem se encontra em local incerto e não sabido, independentemente de prévia declaração judicial de ausência.
- III contra os relativamente incapazes, ainda que assistidos por seus representantes legais.
- IV entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ III e IV.
- Ⓔ I, II e IV.

Questão 62

A doutrina civilista tradicionalmente classifica os fatos jurídicos, em sentido amplo,

- Ⓐ apenas como fatos lícitos e ilícitos.
- Ⓑ apenas como fatos humanos, os quais se subdividem em lícitos e ilícitos.
- Ⓒ apenas como fatos naturais, que podem ser classificados em lícitos e ilícitos.
- Ⓓ como fatos humanos e os fatos naturais, sendo estes últimos suscetíveis de subdivisão em lícitos ou ilícitos.
- Ⓔ como fatos naturais e os fatos humanos, sendo estes últimos suscetíveis de subdivisão em lícitos e ilícitos.

Questão 63

Assinale a opção correta quanto às características da nulidade absoluta.

- Ⓐ Opera-se de pleno direito, admite confirmação expressa ou tácita e pode ser arguida, pela via judicial, em prazos decadenciais, pelas partes ou por terceiro interessado, não podendo ser pronunciada de ofício pelo juiz.
- Ⓑ Opera-se de pleno direito, admite confirmação expressa ou tácita e somente pode ser arguida, pela via judicial, pelos legítimos interessados em prazos decadenciais.
- Ⓒ Não se opera de pleno direito, não admite confirmação e pode ser arguida apenas pelos legítimos interessados, a qualquer tempo.
- Ⓓ Opera-se de pleno direito, não admite confirmação e pode ser arguida a qualquer tempo pelas partes, por terceiro interessado, pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, ou ser pronunciada de ofício pelo juiz.
- Ⓔ Não se opera de pleno direito, não admite confirmação tácita e somente pode ser arguida, pela via judicial, pelos legítimos interessados em prazos decadenciais ou pelo Ministério Público.

Questão 64

De acordo com o Código Civil, a simulação configura hipótese de negócio jurídico

- Ⓐ anulável, desde que seja inocente.
- Ⓑ anulável, desde que não seja inocente.
- Ⓒ anulável, independentemente de ser ou não inocente.
- Ⓓ nulo, independentemente de ser ou não inocente.
- Ⓔ nulo, desde que não seja inocente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 65**

A legitimidade das partes no processo civil constitui

- Ⓐ um pressuposto processual e pode ser arguida pela parte interessada a qualquer tempo ou grau de jurisdição, bem como pode ser conhecida e declarada de ofício pelo juízo da causa.
- Ⓑ uma condição da ação e apenas a parte interessada poderá argui-la, sendo defeso ao juízo da causa conhecê-la de ofício.
- Ⓒ um pressuposto processual e a parte interessada deverá argui-la na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.
- Ⓓ uma condição da ação e pode ser arguida pela parte interessada a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- Ⓔ uma condição da ação e deve ser arguida na primeira oportunidade em que a parte interessada se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.

Questão 66

A incompetência absoluta

- Ⓐ não poderá ser arguida pelo réu, mas poderá ser conhecida de ofício.
- Ⓑ deverá ser suscitada na resposta do réu, sob pena de preclusão.
- Ⓒ poderá ser suscitada a qualquer tempo pelo réu, antes da sentença, mas não pelo autor.
- Ⓓ poderá ser suscitada a qualquer tempo por ambas as partes, e deve ser declarada de ofício.
- Ⓔ não poderá ser suscitada pelo autor nem conhecida de ofício.

Questão 67

Em uma ação de natureza patrimonial, comprovada nos autos a morte do autor,

- Ⓐ o juiz declarará a suspensão do processo, mediante requerimento do réu, e determinará que ele promova a citação dos sucessores do autor.
- Ⓑ o juiz declarará a extinção do processo sem resolução de mérito, desde que o réu requeira tal providência.
- Ⓒ o juiz declarará a extinção do processo, desde que haja requerimento do réu, e este comprove que o óbito ocorreu há mais de um ano.
- Ⓓ o juiz declarará a suspensão do processo, independentemente de requerimento do réu.
- Ⓔ o juiz declarará a extinção do processo sem resolução de mérito, independentemente de requerimento do réu.

Questão 68

Considere que determinada ação judicial relativa a hipótese para qual a lei imponha a formação de litisconsórcio passivo necessário unitário seja processada e julgada procedente sem a formação do litisconsórcio.

Nessa situação hipotética, a decisão

- Ⓐ é ineficaz apenas para o litisconsorte que não integrou a relação processual.
- Ⓑ é válida se o litisconsorte que integrou a relação processual não arguir o defeito processual provocado pela não formação do litisconsórcio necessário.
- Ⓒ é válida, mas o litisconsorte que não integrou a relação processual poderá interpor recurso com o objetivo de obter a declaração de sua nulidade.
- Ⓓ é nula de pleno direito.
- Ⓔ é ineficaz para ambas as partes.

Questão 69

Carlos propôs uma ação civil na justiça comum, tendo formulado diversos pedidos, todos compatíveis entre si, alguns de competência da justiça comum, outros de competência do juizado especial cível.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao julgar a causa, o juiz deverá julgar o mérito dos pedidos de sua competência e extinguir, sem resolução de mérito, os pedidos de competência do juizado especial.
- Ⓑ É possível a cumulação dos pedidos, podendo o juiz poderá processar e julgar a causa onde foi ajuizada.
- Ⓒ Ao julgar a causa, o juiz deverá conhecer do mérito dos pedidos de sua competência, e julgar improcedentes os pedidos de competência do juizado especial.
- Ⓓ É inadmissível a cumulação dos pedidos, uma vez que os pedidos correspondem a procedimentos diversos, motivo pelo qual o juiz deverá extinguir o processo sem resolução do mérito.
- Ⓔ Se houver oposição do réu, o juiz deverá mandar desmembrar a causa, determinando que a parte referente à competência do juizado seja remetida a esse juízo.

Questão 70

Flávio ingressou no juízo cível com uma ação em face de Roberto, objetivando o reconhecimento de um direito indisponível. Citado pessoalmente, Roberto não apresentou defesa no prazo legal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca de revelia.

- Ⓐ A declaração de revelia e presunção de veracidade dos fatos será declarada mesmo que o réu compareça ao processo após decorrido o prazo para a sua resposta.
- Ⓑ Decorrido o prazo para a resposta, deve ser declarada a revelia do réu, e presumidos verdadeiros todos fatos alegados pelo autor.
- Ⓒ Decorrido o prazo para a resposta, deve ser declarada a revelia do réu, mas não haverá presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor.
- Ⓓ A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor somente poderá ser declarada após a instrução processual.
- Ⓔ Pode ser declarada a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, se este formular requerimento expresso para isso.

Questão 71

Maria propôs ação de cobrança em face de Pedro. Citado, Pedro apresentou contestação na qual arguiu a prescrição da pretensão autoral. Após a manifestação de Maria, o juiz proferiu sentença na qual acolheu a defesa do réu e declarou a prescrição. A autora não recorreu.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- Ⓐ não houve resolução de mérito e a decisão pode ser anulada através de ação rescisória.
- Ⓑ houve resolução de mérito e a decisão fez coisa julgada material.
- Ⓒ houve resolução de mérito e a decisão fez coisa julgada formal.
- Ⓓ não houve resolução de mérito, mas a decisão faz coisa julgada material.
- Ⓔ não houve resolução de mérito e a decisão faz coisa julgada formal.

Questão 72

Determinada instituição financeira propôs ação de execução por quantia certa em face de Breno, objetivando o recebimento de valores provenientes de financiamento de um veículo. Citado para cumprir a obrigação, o executado entende que há excesso de execução e pretende se defender.

Nessa situação hipotética, a defesa deverá ser oferecida

- Ⓐ por meio de embargos à execução, que deverá ser autuada em apartado, e o seu processamento independe de garantia do juízo.
- Ⓑ por meio de impugnação oferecida nos próprios autos da ação de execução, e o seu processamento dependerá de garantia do juízo mediante penhora, depósito ou caução.
- Ⓒ por meio de impugnação, que deverá ser autuada em apartado, e o seu processamento independe de garantia do juízo.
- Ⓓ por meio de embargos à execução oferecidos nos próprios autos da ação de execução, e o seu processamento depende de garantia real ou fidejussória.
- Ⓔ nos próprios autos da ação de execução, mediante impugnação, e o seu processamento depende de garantia real ou fidejussória.

Questão 73

Considerando que um juiz tenha proferido sentença que julgou parcialmente procedente uma ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, assinale a opção correta, relativa a recurso e legitimidade para recorrer.

- Ⓐ O autor poderá interpor recurso de apelação e réu poderá interpor agravo de instrumento.
- Ⓑ O autor e o réu poderão interpor recurso de apelação e o Ministério Público poderá interpor agravo de instrumento.
- Ⓒ O autor poderá interpor recurso de apelação, o réu agravo de instrumento e o Ministério Público só poderá interpor embargos de declaração.
- Ⓓ Apenas o autor poderá interpor recurso de apelação.
- Ⓔ Tanto o autor quanto o réu poderão interpor recurso de apelação.

Questão 74

No que se refere a ação civil pública, julgue os itens a seguir.

- I A ação civil pública pode ser utilizada para reprimir ou mesmo prevenir danos ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio público, além de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- II Qualquer cidadão tem legitimidade para propor ação civil pública.
- III O inquérito civil é pressuposto para a propositura da ação civil pública.
- IV A sentença que julga procedente o pedido poderá impor aos requeridos a obrigação de fazer e não fazer, mas não poderá impor condenação de pagar quantia certa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I está certo.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Apenas os itens I, II e III estão certos.

Questão 75

No que se refere ao cumprimento provisório da sentença, julgue os itens a seguir.

- I A competência para o seu processamento é do próprio tribunal onde esteja sendo processado o recurso pendente de julgamento.
- II O executado poderá se opor ao cumprimento por meio de impugnação.
- III São devidos honorários advocatícios sucumbenciais no cumprimento provisório de sentença de pagamento de quantia certa.
- IV É admissível a penhora de bem imóvel pertencente ao executado, mas a sua alienação é inadmissível antes do trânsito em julgado da decisão.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C II e IV.
- D III e IV.
- E I, II e III.

Questão 76

No que se refere a sentença, julgue os itens a seguir.

- I A sentença que reconhece a existência de litispendência ou a coisa julgada é de natureza terminativa.
- II A decisão que homologa o acordo firmado entre autor e réu constitui sentença de mérito.
- III A sentença *ultra petita* é anulável, mas a sentença *citra* e *extra petita* não contêm vícios passíveis de nulidade.
- IV Após a publicação da sentença, o juiz poderá corrigir inexatidões materiais que recaiam sobre ela, independentemente de interposição de embargos de declaração.

Estão certos apenas os itens.

- A I e II.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

DIREITO DO TRABALHO**Questão 77**

A respeito das atividades insalubres e perigosas, assinale a opção correta.

- A Os empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que permanecerem a bordo durante o período de abastecimento das aeronaves possuem o direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- B O adicional de periculosidade deve ser concedido ao empregado que se submete de forma permanente a condições de risco, não sendo devido, portanto, quando a exposição ocorrer de forma intermitente.
- C Quando um trabalhador indicar em uma ação trabalhista um trabalho mediante exposição a um agente nocivo, e a perícia constatar outro agente diverso, não há prejuízo ao pedido de adicional de insalubridade.
- D O laudo pericial que afirma ser a atividade insalubre é suficiente para que seja concedido o respectivo adicional.
- E A coleta de lixo em instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação é equiparada à limpeza em residências e escritórios, razão por que não incide o adicional de insalubridade.

Questão 78

A respeito das relações de trabalho *lato sensu*, assinale a opção correta.

- A O trabalhador autônomo deve ser a pessoa física, sendo vedada, portanto, a caracterização de trabalhador autônomo aos casos de pessoas jurídicas.
- B A prestação de serviços sem vínculo empregatício, com independência na gestão das tarefas e na jornada de trabalho, caracteriza o trabalho avulso.
- C Nos casos de contrato de trabalho avulso, a contratação é formalizada diretamente entre o empregado avulso e a empresa tomadora do serviço.
- D O trabalhador temporário possui os mesmos direitos do trabalhador contratado por tempo indeterminado.
- E O trabalhador autônomo não possui um chefe, e decide quando e onde exercer suas atividades.

Questão 79

No que diz respeito às formas de rescisão do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A O empregado que divulga informações confidenciais da empresa em uma rede social comete ato de improbidade e pode ser demitido por justa causa.
- B O empregado demitido por justa causa deverá receber o saldo de salários, as férias vencidas, 1/3 de férias vencidas, 13.º salário proporcional e férias proporcionais.
- C Reconhecida a culpa recíproca para a rescisão do contrato de trabalho, o empregado deverá receber férias vencidas, multa de 40% do FGTS, 13.º proporcional e férias proporcionais, e 50% dos valores referentes ao saldo de salários.
- D É presumida como discriminatória a dispensa de empregado portador de doença grave que suscite estigma ou preconceito, como, por exemplo, portador do vírus HIV.
- E Quando a dispensa é considerada discriminatória, o empregado deverá receber uma indenização pela dispensa, mas não terá garantida a sua reintegração ao emprego.

Questão 80

No que diz respeito ao aviso prévio, assinale a opção correta.

- A** Se o empregado formula pedido de dispensa do cumprimento do aviso prévio, o empregador não precisará efetuar o pagamento da verba, pois o direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado.
- B** Havendo culpa recíproca para a rescisão do contrato de trabalho, o empregado perde o direito do valor correspondente ao aviso prévio.
- C** A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização em dobro, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- D** Havendo rescisão antecipada do contrato de experiência, é devido o pagamento do aviso prévio.
- E** Existe a possibilidade de substituição do período que se reduz da jornada de trabalho no aviso prévio pelo pagamento das horas correspondentes.

Questão 81

A respeito da prestação dos serviços pelo empregado em regime de teletrabalho, assinale a opção correta.

- A** Pactuado contrato de trabalho por teletrabalho, não poderá ser feita a alteração para trabalho presencial.
- B** O comparecimento habitual do empregado às dependências da empresa para realizar atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento desconfigura o teletrabalho.
- C** O teletrabalho ou trabalho remoto não pode ser aplicado aos estagiários e aprendizes.
- D** O regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem é equiparável à ocupação de operador de *telemarketing*.
- E** O regime do teletrabalho deverá ser feito por intermédio de produção ou tarefa, sendo vedado o regime por jornada, já que não há meios para o controle das horas trabalhadas.

Questão 82

No que se refere à duração do trabalho, assinale a opção correta.

- A** É lícito ao empregador suprimir o trabalho prestado em jornada extraordinária, sem ter a obrigação de efetuar qualquer pagamento a título indenizatório.
- B** O trabalho realizado nos dias de domingos ou feriados, quando não for compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração do repouso semanal.
- C** A prestação de trabalho em horas extras habituais não é suficiente para descaracterizar o acordo de compensação de jornada.
- D** O acordo individual de compensação de jornada é válido ainda que norma coletiva faça previsão contrária, pois possui consentimento expresso do trabalhador.
- E** O acordo de compensação de jornada em atividade insalubre é válido desde que estipulado em norma coletiva.

Questão 83

No que se refere a salário e remuneração, assinale a opção correta.

- A** Veículo fornecido pela empresa, quando indispensável para a realização do trabalho, não possui natureza salarial, ainda que usado também para finalidades pessoais do empregado.
- B** A moradia oferecida pelo empregador ao trabalhador rural proveniente de estado distinto daquele onde a fazenda onde ele trabalha e mora é considerada salário.
- C** As gorjetas recebidas pelos empregados não podem ser consideradas para efeito de remuneração, pois não há como manter o controle do valor que o empregado recebe de gorjeta.
- D** Os equipamentos e acessórios fornecidos pelo empregador ao empregado e utilizados no local do serviço, para a prestação do serviço, integram o conceito de salário.
- E** A cerveja fornecida aos seus empregados por cervejaria que lhes oferta uma caixa do produto todos os meses, é considerada salário utilidade.

Questão 84

A respeito das comissões de conciliação prévia, assinale a opção correta.

- A** A provocação das comissões de conciliação prévia não suspendem os prazos prescricionais estabelecidos na lei.
- B** O mandato de seus membros é de um ano, sendo vedada a recondução.
- C** Os empregados que fizerem parte da comissão não podem ser demitidos dos seus empregos até o final do período de sua representação, quando se extingue tal garantia.
- D** O empregado que for escolhido para compor uma comissão ficará afastado de suas funções durante o período em que dela fizer parte.
- E** O termo de conciliação é considerado título executivo extrajudicial.

Questão 85

A respeito da proteção ao trabalho da mulher, assinale a opção correta.

- A** A licença maternidade também é devida à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.
- B** O empregador que não for comunicado pela empregada do estado gravídico se desobriga do pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- C** As empregadas contratadas por prazo determinado não possuem o direito à estabilidade provisória da gestante.
- D** A licença maternidade das mulheres contratadas pelo regime da CLT será de 120 dias, contados do parto, não havendo possibilidade de prorrogação desse prazo.
- E** As empregadas autônomas não têm direito à licença maternidade, pois não possuem vínculo empregatício.

Questão 86

A respeito da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ A licença maternidade é um exemplo típico de suspensão do contrato de trabalho.
- Ⓑ Quando o empregado solicita uma licença não remunerada para interesses particulares, o período da licença configura interrupção do contrato de trabalho.
- Ⓒ Constitui interrupção do contrato de trabalho o período de duas semanas de repouso garantidas à mulher que sofre aborto não criminoso comprovado por atestado médico oficial.
- Ⓓ Na suspensão, o empregado não trabalha, mas recebe salário e conta tempo de serviço.
- Ⓔ Os casos de estabilidade são aplicados na interrupção do contrato de trabalho, mas não se aplicam na suspensão.

Questão 87

A respeito do direito de greve, assinale a opção correta.

- Ⓐ É lícita a greve para garantir reivindicações políticas de determinada classe de trabalhadores.
- Ⓑ A greve surpresa é lícita e constitui um meio eficaz de pressão por parte do trabalhador.
- Ⓒ A manutenção da paralisação após a pactuação de acordo ou a decretação de ilegalidade por decisão judicial constitui o abuso ao direito de greve.
- Ⓓ A greve pode ser decidida pelos sindicatos, sem a prévia manifestação dos trabalhadores, por aprovação da maioria da diretoria.
- Ⓔ A greve pode ser deflagrada mesmo inexistindo prévia negociação.

Questão 88

A respeito da estabilidade e das garantias provisórias do emprego, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando um empregado for afastado por auxílio doença acidentário, gozará da estabilidade enquanto perdurar a causa do afastamento, cessando a estabilidade com o retorno ao trabalho.
- Ⓑ O término do contrato de experiência autoriza o empregador a desligar uma empregada gestante, pois, neste caso, ela não está amparada pela estabilidade ao emprego.
- Ⓒ Havendo a extinção da empresa na base territorial de um sindicato, a estabilidade dos empregados eleitos como dirigentes sindicais transforma-se em indenização equivalente.
- Ⓓ O empregado eleito como dirigente sindical possui a garantia ao emprego desde a data de sua eleição até um ano após o final de seu mandato.
- Ⓔ Os empregados eleitos como suplentes de CIPA gozam da estabilidade ao emprego.

DIREITO AMBIENTAL**Questão 89**

Com base no disposto na Lei n.º 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
- Ⓑ O desenvolvimento sustentável não é condição para o enfrentamento das mudanças climáticas.
- Ⓒ A referida política visa implementar medidas para a promoção da adaptação pelas 3 esferas da Federação, sem a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários.
- Ⓓ Linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados não são consideradas instrumentos da política climática nacional.
- Ⓔ Medidas de adaptação climática são mudanças no meio físico ou na biota, resultantes da mudança do clima, com efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos, saúde e bem-estar humanos.

Questão 90

Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 53/2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do estado do Amazonas.

- Ⓐ A área de relevante interesse ecológico insere-se entre as unidades de proteção integral.
- Ⓑ O rio cênico é unidade de uso sustentável, com faixas lineares em áreas de domínio público ou privado, compreendendo a totalidade ou parte de um rio com notável valor panorâmico, cultural ou recreativo.
- Ⓒ A reserva particular de desenvolvimento sustentável deve possuir zona de amortecimento.
- Ⓓ O objetivo básico das unidades de proteção integral é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- Ⓔ A estrada parque é unidade de proteção integral e pode abranger apenas áreas de domínio público.

Questão 91

À luz do disposto na Lei n.º 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo apenas assegurar o controle quantitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.
- Ⓑ A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo-se a geração de energia elétrica e o transporte aquaviário, está entre os objetivos dessa política.
- Ⓒ Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos limita-se à dessedentação de animais.
- Ⓓ A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada.
- Ⓔ Os planos de recursos hídricos são planejamentos de curto prazo.

Questão 92

Assinale a opção correta com fundamento nas disposições da Lei de Saneamento Básico.

- Ⓐ Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização desses serviços.
- Ⓑ Sustentabilidade econômica não é considerada um princípio fundamental dos serviços públicos de saneamento básico.
- Ⓒ Saneamento básico é o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais destinados apenas ao esgotamento sanitário.
- Ⓓ Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.
- Ⓔ É obrigatória a adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada.

Questão 93

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca da proteção do meio ambiente, assinale a opção correta.

- Ⓐ São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados por ações discriminatórias necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- Ⓑ O poder público possui o dever fundamental de manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar.
- Ⓒ Aquele que explorar recursos minerais fica dispensado de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- Ⓓ Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e populações indígenas.
- Ⓔ As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas a sanções penais e administrativas; as pessoas jurídicas, embora não sujeitas a sanções penais, estarão obrigadas a reparar os danos causados por suas infrações.

Questão 94

De acordo com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços, corresponde ao conceito de

- Ⓐ área rural consolidada.
- Ⓑ manejo sustentável.
- Ⓒ reserva legal.
- Ⓓ área de preservação permanente.
- Ⓔ uso alternativo do solo.

Questão 95

Assinale a opção correta conforme o disposto na Lei de Crimes Ambientais.

- Ⓐ Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente, constitui delito ambiental sancionado apenas com multa.
- Ⓑ As penas restritivas de direitos não se aplicam aos casos de crimes culposos.
- Ⓒ É crime o abate de animal, ainda quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.
- Ⓓ Provocar incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação constitui crime sancionado com pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa.
- Ⓔ A proibição de contratar com o poder público não constitui modalidade de pena restritiva de direitos aplicada às pessoas jurídicas.

Questão 96

Assinale a opção correta a respeito da gestão de florestas situadas em áreas de domínio do estado do Amazonas para produção sustentável.

- Ⓐ As concessões florestais serão submetidas a auditorias florestais, de caráter independente, em prazos não superiores a 4 anos, sendo os custos de responsabilidade do órgão ambiental estadual.
- Ⓑ O cadastro de florestas públicas do estado do Amazonas não inclui florestas públicas municipais localizadas em imóveis arrecadados ou em processo de arrecadação.
- Ⓒ O poder público exercerá a gestão de florestas públicas estaduais criadas para a produção sustentável, sendo-lhe vedado, para execução de atividades subsidiárias, firmar convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos similares com terceiros.
- Ⓓ A gestão de florestas públicas estaduais para produção sustentável não compreende a destinação de florestas públicas estaduais às comunidades locais.
- Ⓔ O plano de outorga florestal estadual terá validade de 1 ano e poderá ser aditado em sua vigência para a inclusão de novas florestas públicas.

Questão 97

Considerando o disposto na Lei de Acesso a Recursos Genéticos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A conservação *ex situ* de amostra do patrimônio genético encontrado na condição *in situ* deverá ser preferencialmente realizada no território nacional.
- Ⓑ O registro audiovisual não serve para comprovação do consentimento prévio informado.
- Ⓒ É lícito o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por pessoa natural estrangeira.
- Ⓓ A lei é omissa ao não dispor sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado para práticas nocivas ao meio ambiente.
- Ⓔ A legislação não protege os conhecimentos associados ao patrimônio genético de agricultor tradicional.

Questão 98

Tendo como base o direito climático brasileiro e a legislação do estado do Amazonas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima é presidido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- Ⓑ A atual Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil estabelece metas ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 59% e 67% até 2035, visando à neutralidade climática até 2050, mas não faz qualquer menção à justiça climática.
- Ⓒ A Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas reconhece apenas o princípio da prevenção, sem mencionar o princípio da precaução.
- Ⓓ O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, de caráter temporário, tem a finalidade de monitorar e promover a implementação das ações e das políticas públicas no âmbito do Poder Executivo federal.
- Ⓔ Poderão ser utilizados recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o financiamento da elaboração e da implementação de planos municipais de adaptação.

Questão 99

Julgue os itens a seguir, em conformidade com as disposições da Lei n.º 12.651/2012.

- I Consideram-se áreas de preservação permanente (APP) as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 100 metros, em zonas urbanas.
- II A inscrição do imóvel rural no cadastro ambiental rural (CAR) deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental federal.
- III É permitido o acesso de animais à área de preservação permanente (APP) para obtenção de água.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 100

Em relação aos crimes contra a administração ambiental, assinale a opção correta à luz do disposto na Lei n.º 9.605/1998.

- Ⓐ A sonegação de informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de licenciamento ambiental configura crime sancionado com pena de reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.
- Ⓑ Admite-se modalidade culposa para o crime de concessão de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais.
- Ⓒ Comete delito ambiental, sancionado com pena de reclusão, de 1 a 4 anos, e multa, o agente que deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental tendo o dever legal ou contratual de fazê-lo.
- Ⓓ Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do poder público no trato de questões ambientais é crime ambiental sancionado apenas com pena de multa.
- Ⓔ Não se admite modalidade culposa para o crime de elaborar ou apresentar, no licenciamento ambiental, laudo total ou parcialmente enganoso, inclusive por omissão.

Espaço livre